



Nuno Melo Alves

Chumbo aos chumbos

Há uma anedota, provavelmente intemporal, sobre o ensino, que é mais ou menos assim: Numa prova oral de biologia, o professor pergunta a um aluno como se podem classificar as diferentes aves. Resposta pronta do aluno: “Pássaros, passarinhos, passarocos...” ao que o professor imediatamente o interrompe, ameaçando-o com: “Um chumbo para essa passarada toda”. O aluno não se deixa ficar e devolve: “Sr. Professor, com esse olho vesgo, não acerta em nenhum!”

Vem isto a propósito da intenção do Governo da República querer acabar com os chumbos dos alunos, (o fim dos chumbos até ao 9º ano permitiria uma poupança de 250 milhões de euros – preocupação economicista que não se compreende no país de sucesso da geringonça socialista), tese também defendida pela Presidente do Conselho Nacional de Educação. A Presidente da CNE defende esta opção, na medida em que afirma que as alternativas não podem ser chumbo ou passar sem saber. De acordo, só que, parece ser isso que irá acontecer, pois não se conhecem medidas para que seja doutra maneira.

Desde logo, há que saber se as escolas conseguem ter alunos na mesma sala a diversas velocidades (até agora não têm conseguido): os que por si chegam lá, ou pagam explicações, safam-se; os outros, vão passando na pá de um remo (ou de legislação facilitadora). O Governo da República e a Presidente da CNE defendem que se deve “trabalhar de forma intensiva e diferenciada com os alunos que revelam mais dificuldades.” E que “a aposta é que todos têm mesmo que aprender e que há muitas maneiras

diferentes de aprender”. Novamente de acordo, só que, para que isso aconteça, será necessário dotar as escolas de mais professores (que não existem, por haver falta de professores novos) e que, existindo, têm custos, pois não é possível continuar na expectativa que velocidades de aprendizagem muito diferentes possam coabitar com sucesso para todas.

Apontar exemplos de outros países, como a Finlândia ou Singapura, com modelos radicalmente diferentes e apoiados em culturas radicalmente diferentes, não é, por si, justificação plausível para adotar esta medida. Sinceramente, quando a escola pública nem consegue acabar com a diferenciação no ensino secundário obrigatório (refiro-me às quatro áreas a partir do 10º ano, concretamente línguas e humanidades, ciências e tecnologias, ciências socioeconómicas e artes visuais, sendo que existe uma disciplina de matemática simplificada para as humanidades), não tem crédito para se pensar que conseguirá lidar com a diferenciação acentuada de ritmos de aprendizagem dentro do mesmo ano e turma.

As escolas privadas têm encontrado metodologias e abordagens diferentes, e nalguns casos acabando com a separação por áreas, e por isso, conferindo uma formação mais global e universal, mais exigente e que prepara os alunos para todas as opções de acesso ao ensino superior (como deveria ser o ensino público obrigatório). Contudo, as escolas privadas são um papão para este (e para o anterior) governo das esquerdas. Descartam o ensino privado, por ser pago, por considerarem que apenas os ricos têm acesso (situação fácil de resolver). Só que a mal-

ta da geringonça esquece-se que o ser pago provoca um aumento da responsabilidade e esquece-se que, no ensino público, uma parte significativa dos alunos que levam a escola a sério têm explicações pagas fora da escola, ou frequentam institutos de línguas, ou recorrem aos anos zero. O bom exemplo do ensino privado (e das explicações, institutos, etc.), deveria ser um alerta para se perceber que a escola não está a funcionar como deveria. E que os chumbos dos alunos são consequência disso e não a causa.

Apesar das boas intenções do Governo da República e da Presidente da CNE, esquecem-se de olhar para o país todo - para o país real - e não percebem que as escolas fora dos grandes centros urbanos têm mais custos e dificuldades e terão mais problemas em manter alunos num ensino obrigatório sem chumbos. Nessas escolas, provavelmente abrir-se-á uma via verde para o abandono escolar e para uma formação insuficiente. É difícil não ver o fim dos chumbos como facilitismo (até porque a reação do Governo Regional foi de acabar com as aulas de recuperação nas férias, propostas pelo PS o ano passado, e destinadas a recuperar dos chumbos: é que se não há chumbos, não há necessidade de aulas de recuperação) e como uma tentativa de reduzir a dívida pública.

Não sou da área de pedagogia e admito que compreender estes mecanismos pode estar além do meu alcance. Contudo, para já, parece-me que o Governo da República está como o aluno na anedota: responde pássaros, passarinhos e passarocos. E tem a esperança que a sociedade seja vesga, para falhar com o chumbo.

Rota da Baleação nas Capelas concluída até 2020

A Câmara Municipal de Ponta Delgada deu início, sexta-feira, à criação da Rota da Baleação na Vila das Capelas, que será concluída até o próximo ano.

No Bairro dos Baleeiros, o Presidente do município, José Manuel Bolieiro, e o Presidente da Junta das Capelas, Rui Sousa, descerraram a primeira placa da Rota da Baleação. Uma iniciativa da autarquia que tem como principal objectivo “preservar a memória colectiva, etnográfica cultural e histórica de uma actividade que foi determinante no concelho. Paralelamente, visa valorizar o potencial turístico deste mesmo património”, lê-se em comunicado.

Num trabalho conjunto, a Câmara Municipal de Ponta Delgada e a Junta de Freguesia das Capelas efectuaram a identificação e inventariação de locais, fotografias e elementos de elevada importância na antiga indústria baleeira do concelho e produziram a imagem desta nova rota, que “muito dignifica e valoriza turisticamente a vila das Capelas”, referiu José Manuel Bolieiro.

A acção que agora se inicia será concluída em 2020, nomeadamente através da colocação de 11 painéis informativos colocados em diversos locais de visitação que perfazem a rota e da elaboração de panfletos bilingue (português e inglês).



A informação sobre a rota será disponibilizada online, através do portal e app do turismo www.visitpontadelgada.pt, estando prevista a colocação de três painéis que retratam a culturalidade, a geodiversidade e a biodiversidade daquela zona, numa parceria desenvolvida com o Geopark Açores.

Para Bolieiro, a criação da Rota da Baleação na Vila das Capelas “além de

valorizar um espaço identitário e patrimonial, preserva a identidade histórica do povo das Capelas e de todo o município de Ponta Delgada e a importância de uma actividade económica que, em tempos, contribuiu para o sustento de muitas famílias, quer nas Capelas, quer em São Vicente Ferreira, até onde a Câmara pretende estender a Rota da Baleação”.

A Rota da Baleação vai estender-se des-

de as Pias, nas Capelas, até à antiga fábrica da baleia, em São Vicente Ferreira.

Ainda nas Capelas, o Presidente da Câmara inaugurou as obras na Rua do Sertão, representaram um investimento de 200 mil euros e que resultaram do esforço conjunto de várias entidades, nomeadamente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, Junta de Freguesia das Capelas, SMAS, EDA, Altice e NOS.